



PLANO DE CURSO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Curso: Bacharelado em Direito

Disciplina: Direito Administrativo I

Professor: Mario Jorge Cardoso de Oliveira **E-mail:** mario.oliveira@fasete.edu.br

Código: DIR19

Carga Horária: 80 H

Créditos: 4

Pré-requisito(s): -

Período: 4º

Ano: 2017.1

2. EMENTA:

Conceito. Campo de Aplicação. Evolução Histórica e Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Serviços Públicos. Organização Administrativa. Terceiro Setor. Bens Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Responsabilidade Civil do Estado. Processo Administrativo.

3. OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA:

Proporcionar ao estudante o conhecimento das noções e concepções básicas do Direito Administrativo, seus princípios e caracteres. Promover o contato inicial com as normas que regem a Administração Pública e a sua importância e correlação com o Direito Constitucional. Estudar a evolução histórica do Direito Administrativo no Estado Democrático de Direito. Compreender o funcionamento do Direito Administrativo dentro de um ordenamento jurídico uno e jungido aos princípios e garantias constitucionais. Justificar o papel do Estado como agente administrativo e econômico, indispensável ao funcionamento da sociedade. Interpretar e justificar o papel do Administrador Público no contexto da realidade da Administração Pública brasileira.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA:

- Apresentar o conceito de Direito Administrativo e noções elementares.
- Conhecer as áreas funcionais da Administração Pública.
- Trabalhar a idéia de Estado e atuação estatal.
- Estudar as relações entre a Administração Pública e Administrados.
- Compreender o regime jurídico-administrativo.
- Analisar a integração do Direito Administrativo com a Constituição Federal e demais ramos do Direito Público e Privado.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1- O Direito Administrativo

1.1 – Origem e desenvolvimento do Direito Administrativo

1.2 – Conceito e objeto do Direito Administrativo

1.3 – Fontes do Direito Administrativo

1.4 – Interpretação do Direito Administrativo

2- A Administração Pública

2.1 – Estado

2.2 – Administração Pública

2.3 – Função Administrativa e Função Política (ou de Governo)

3- Regime Jurídico Administrativo



- 3.1 - Conceito
- 3.2 - Conteúdo
 - 3.2.1 – Supremacia do Interesse Público
 - 3.2.2 – Princípio da Legalidade
 - 3.2.3 - Princípio da Impessoalidade
 - 3.2.4 - Princípio da Moralidade
 - 3.2.4.1 – Improbidade Administrativa
 - 3.2.4.2– Proibidade e moralidade administrativas
 - 3.2.4.3– Sujeito passivo do ato de improbidade
 - 3.2.4.4– Sujeito ativo do ato de improbidade
 - 3.2.4.5 – Os atos de improbidade
 - 3.2.4.6– Sanções aplicáveis ao ato de improbidade
 - 3.2.5 - Princípio da Publicidade
 - 3.2.6 - Princípio da Eficiência
 - 3.2.7 - Princípio da Finalidade Pública
 - 3.2.8 - Princípio da Presunção de Legitimidade
 - 3.2.9 - Princípio da Autotutela
 - 3.2.10 - Princípio do Devido Processo Legal, da Razoabilidade e da Proporcionalidade
 - 3.2.11 - Princípio da Motivação
 - 3.2.12 - Princípio da Igualdade dos Administrados face à Administração Pública
 - 3.2.13 - Princípio da Segurança Jurídica
 - 3.2.14 - Princípio da Responsabilidade do Estado
- 4 – Poderes Administrativos
 - 4.1 – Conceito
 - 4.2 – Poder Vinculado
 - 4.3 – Poder Discricionário
 - 4.4 – Poder Hierárquico
 - 4.5 – Poder Disciplinar
 - 4.6 – Poder Normativo e Regulamentar
 - 4.7 – Poder de Polícia
 - 4.7.1 – Conceito
 - 4.7.2 – Fundamento
 - 4.7.3 - Finalidade
 - 4.7.4 – Objeto
 - 4.7.5 – Motivo
- 5 – Organização Administrativa
 - 5.1 – Considerações gerais
 - 5.2 – Formas de realização da função administrativa: centralização e descentralização, concentração e desconcentração
 - 5.3 – Administração Direta
 - 5.3.1 – Órgão Público
 - 5.4 – Administração Indireta
 - 5.4.1 - Autarquias
 - 5.4.2 - Fundações
 - 5.4.3 – Agências reguladoras
 - 5.4.4 – Agências executivas
 - 5.4.5 – Empresas Estatais
- 6 – Terceiro Setor
 - 6.1 – Considerações gerais
 - 6.2 – Serviços sociais autônomos



6.3 – Entidades de apoio

6.4 – Organizações sociais

6.5 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

7. Bens Públicos.

7.1 Definição

7.2 Características

7.3 Modalidades

8. Intervenção do Estado na Propriedade Privada.

8.1 Definição.

8.2 Características

8.3 Modalidades.

9. Responsabilidade civil do Estado

9.1 Conceito

9.2. Evolução do Tema

9.3 Responsabilidade civil no direito brasileiro. Modalidades.

9.4 Requisitos. Causas excludentes.

9.5 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais. Outros aspectos.

9.6. Prescrição

10. Processo Administrativo

10.1 Conceito

10.2. Princípios.

10.2 Direitos e deveres dos administrados

10.3 Competência

10.4 Peculiaridades do processo administrativo

10.5 Do recurso administrativo e da coisa julgada administrativa

10.6 Prescrição Administrativa

10.7 Processo administrativo e súmula vinculante

10.8 Processo administrativo disciplinar

6. METODOLOGIA DO TRABALHO:

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e participativas com a utilização de quadro e de slides, analisando casos práticos e realizando debates a partir dos artigos propostos, leitura de trechos de informativos dos tribunais superiores, resolução e debate de questões de concursos passados e de exames da OAB e avaliação através de provas escritas contendo questões discursivas.

7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

1ª. ETAPA DE AVALIAÇÃO:

a) Avaliação contendo questões objetivas; individual; valor: 10,0 (dez) pontos;

2ª. ETAPA DE AVALIAÇÃO:

a) Avaliação contendo questões objetivas; individual; valor de 10,0 (dez) pontos.

a) **2ª. CHAMADA:** Todo o conteúdo da disciplina; individual; valor: 10,0 (dez);

b) **PROVA FINAL:** Todo o conteúdo da disciplina; individual; valor: 10,0 (dez);

OBS: As datas poderão sofrer alterações de acordo como disciplinado pela Secretaria Acadêmica da IES FASETE.

8. ATENDIMENTO EXTRA-CLASSE:

Conforme prévio acordo com o professor.



9. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 3ª ed. Salvador: Juspodivm. 2016.
BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Administrativo**. 7. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARIA, Edimur Ferreira de. **Curso de Direito Administrativo Positivo**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 3 ed. São Paulo: revista dos Tribunais, 1999.
MUKAI, Toshio. **Direito Administrativo Sistematizado**. 1 edição. São Paulo: Saraiva, 1999.
Artigos selecionados pelo Professor, com base na bibliografia apresentada.

11. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (*)

(*)=Assuntos trabalhados no PIT.